

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA

PLANO DE DISCIPLINA		
IDENTIFICAÇÃO		
CAMPUS: João Pessoa		
CURSO: Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental		
DISCIPLINA: Zoneamento Ambiental		CÓDIGO DA DISCIPLINA: 47
PRÉ-REQUISITO: Geografia; Direito Ambiental; Sistemas de Informações Geográficas		
UNIDADE CURRICULAR: Obrigatória [X] Optativa [] Eletiva []		SEMESTRE: 4º Período 2024.2
CARGA HORÁRIA		
TEÓRICA: 38 h	PRÁTICA: 12 h	EaD1: N~~ao se aplica
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3 h		
CARGA HORÁRIA TOTAL: 50 h		
DOCENTE RESPONSÁVEL: Arilde Franco Alves		

EMENTA

Definições e conceitos relacionados ao Zoneamento Ambiental; Terminologia jurídica e técnica relacionada a Território, capazes de instrumentalizar os estudos ambientais; Gestão e Planejamento dos diferentes espaços de atividades socioeconômicas; Tipologia do Zoneamento Ambiental; Zonas Ambientais Homogêneas; Aspectos físicos, biológicos, socioeconômicos e culturais dos espaços ocupados pelas diferentes atividades humanas; Mapeamentos: geológico, pedológico e geomorfológico do Território; Uso e Ocupação do solo; Classes de Capacidade de Uso de terras; Zoneamentos agrícola, urbano e ecológico-econômico; e, Plano Diretor, tudo voltado à melhoria da qualidade de vida e do meio ambiente.

OBJETIVOS

Geral: Compreender os instrumentos técnicos e legais que disciplinam o planejamento e gestão do espaço geográfico.

Específicos:

- 1. Compreender critérios de territorialização
- 2. Delimitar zonas e setores
- 3. Estabelecer regimes ordinários e especiais de uso, gozo e fruição da propriedade pública e privada

CONTEÚDO PROGRAMATICO

- 1. O território e o protagonismo social
- 1.1. Os diferentes tipos de território

1.2. A apropriação do Estado, das empresas e da sociedade civil sobre os diferentes territórios 1.3. A participação popular no processo de tomada de decisões sobre ordenamento territorial 2. As unidades de conservação: zoneamento ambiental 2.1. As Unidades de Conservação no contexto legal 2.2. Criação e manutenção de unidades de conservação 2.3. Diagnóstico de uma unidade de conservação 2.4. Zoneamento 3. Zoneamento Ecológico-econômico 3.1. Conceitos e características a luz do decreto que regulamenta o ZEE 3.2. Aplicação do ZEE no caso concreto 4. Zoneamento urbano 4.1. A Constituição Federal, a Constituição Estadual e o Estatuto das Cidades 4.2. O Plano diretor e o código de urbanismo 4.3. Macrozoneamento e Zoneamento Urbano 5. As Reservas Particulares do Patrimônio Natural 5.1. As RPPNs no contexto de preservação em meio a degradação ambiental 5.2. Diagnóstico 5.3. Zoneamento **METODOLOGIA DE ENSINO** As atividades teóricas serão ministradas através aulas expositivas e dialogadas, além de apresentação de seminários. As aulas práticas se dão em visitas técnicas e aulas de campo. **RECURSOS DIDÁTICOS** [X] Quadro [X] Projetor [X] Vídeos/DVDs [X] Periódicos/Livros/Revistas/Links [] Equipamento de Som [] Laboratório [] Softwares2 [] Outros³ CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO 1. Participação dos estudantes nas atividades e entrega pontual das atividades 2. Desenvoltura na apresentação de Seminários 3. Produção de relatórios técnicos 4. Exercícios de avaliação BIBLIOGRAFIA4

BRASIL, Estatuto da Cidade: guia para implementação pelos municípios e cidadãos: Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001 que estabelece diretrizes gerais da política urbana – 3º ed. Brasília; Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2005.

BRASIL. Roteiro Metodológico de Planejamento: parque nacional, reserva biológica e estação ecológica Ministério do Meio Ambiente – MMA, 2002. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidadescoservacao/roteiroparna.pdf.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas** 8ª ed. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, Brasil, 2006, ISBN: 85-286-0545-0.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana** Vozes, Petrópoles, Rio de Janeiro, Brasil, 2001. ISBN: 85-326-2633-5

RAFFESTIN, Claude. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério. (org). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos** Expressão Popular: UNESP. Programa de PósGraduação em Geografia, São Paulo, Brasil, 2008, ISBN: 978-85-7743-XXX-X.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Guia de cadastramento de grupos: populacionais, tradicionais e específicos: cadastro único para programas sociais.** - Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Renda de Cidadania, 2012.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. SNUC – Sistema Nacional de Unidades de conservação da Natureza: Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002; Decreto nº 5.746, de 5 de abril de 2006. Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas: Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006 / Ministério do Meio Ambiente. – Brasília: MMA/SBF. 2011, 76 p.

BRASIL. Decreto № 6.040, de 07 de fevereiro de 2007. Institui a política nacional de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais. Disponível on-line em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm.

Prefeitura Municipal de João Pessoa, Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMAM. Diretoria de estudos e Pesquisas Ambientais – DIEP. Estudo de viabilidade ambiental (EVA) da área de implantação do Parque Natural Municipal do Cuiá. João Pessoa – PB, 2011. Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/meio_ambiente/arquivos/205 65103000E1504R0_vol_l_caracterizacao.pdf.

HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. Geografia: conceitos e temas. 8ª ed. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, Brasil, 2006, ISBN: 85-286-0545-0.

OBSERVAÇÕES

- 1 Para a oferta de disciplinas na modalidade à distância, integral ou parcial, desde que não ultrapassem os limites definidos em legislação.
- 2 Nesse ítem o professor deve especificar quais softwares serão trabalhados em sala de aula.
- 3 Nesse ítem o professor pode especificar outras formas de recursos utilizadas que não estejam citada.
- 4 Observar os mínimos de 3 (três) títulos para a bibliografia básica e 5 (cinco) para a bibliografia complementar.

Documento assinado eletronicamente por:

Arilde Franco Alves, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 03/10/2024 13:28:23.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 03/10/2024. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse https://suap.ifpb.edu.br/autenticar-documento/ e forneça os dados abaixo:

Código 613955
Verificador: 530d933a58
Código de Autenticação:

